



PROJETO DE LEI Nº 124/2025

Pacajus – CE, 04 de novembro de 2025.

APROVADO  
em: 06.11.2025  
*[Assinatura]*

Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei Municipal nº 1.323, de 27 de outubro de 2025, que dispõe sobre a concessão de abono aos profissionais da educação básica da rede pública municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PACAJUS, no Estado do Ceará, JOSÉ EDILSON DE CARVALHO LIMA, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** O parágrafo único do art. 2º da Lei Municipal nº 1.323, de 27 de outubro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Parágrafo único.** Fica autorizada a antecipação do valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), em comemoração ao Dia do Servidor Público, a título de adiantamento do abono previsto no caput.”

**Art. 2º.** Ficam mantidos os demais dispositivos da Lei Municipal nº 1.323, de 27 de outubro de 2025, que não contrariem o disposto nesta Lei.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*[Assinatura]*

**JOSÉ EDILSON DE CARVALHO LIMA**

Prefeito Municipal



MENSAGEM Nº 38/2025

Pacajus/CE, 04 de novembro de 2025

À Sua Excelência

**FABIANA CASTRO DE CARVALHO LIMA**

Presidente da Câmara Municipal de Pacajus/CE

Câmara Municipal de Pacajus  
Recebi em 05 / 11 / 2025  
*Assina*  
*às 08:52*

Senhora Presidente,

Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência e dos ilustres Vereadores dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que “Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei Municipal nº 1.323, de 27 de outubro de 2025, que dispõe sobre a concessão de abono aos profissionais da educação básica da rede pública municipal, e dá outras providências”.

A presente proposta tem por objetivo ajustar a redação do dispositivo legal que trata da antecipação parcial do abono concedido aos profissionais da educação, mantendo o valor fixado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mas suprimindo a menção expressa à data de pagamento.

A modificação é necessária para conferir maior flexibilidade administrativa à execução financeira do abono, permitindo que o repasse ocorra de acordo com o fechamento contábil e a disponibilidade orçamentária do exercício, sem afronta ao objeto da lei original nem prejuízo aos beneficiários.

A supressão da data tem natureza meramente técnica e contábil, não alterando o mérito da política de valorização dos profissionais da educação, tampouco gerando aumento de despesa pública, uma vez que o montante global permanece inalterado.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei, por tratar-se de medida necessária à regular execução orçamentária e à segurança jurídica do pagamento do abono. Renovo a Vossas Excelências protestos de estima e distinta consideração.

**JOSÉ EDILSON DE CARVALHO LIMA**

Prefeito Municipal